

**ATA DA 32ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 21/08/2002

Início: 9:45 hs

Término: 17:45 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. C. de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência justificada)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Vanessa Tafla (vtafla@laczmartins.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)
Organizações não governamentais: Paulo Paim

CONVIDADOS:

Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Célia Maria Brandão Fróes – IGAM (celia@igam.mg.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Danielle Mancin – MIN (danielle.mancin@integracao.gov.br)
Edilson de Paula Andrade – CEIVAP (edilsonpaula@uol.com.br / ceivap@uol.com.br)
Fernando José de Almeida – SRH/MMA (fernando-jose.almeida@mma.gov.br)
Flavia Gomes de Barros – ANA (fbarros@ana.gov.br)
Gustavo O. Campos – SRH/MMA (gocampos@zipmail.com.br)
Jorge Thierry Calasans – ANA (thierry@ana.gov.br)
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – CEHIPOM (vargasma@zaz.com.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonte@ig.com.br)
Roberto Coimbra – SRH/MMA (roberto.coimbra@mma.gov.br)
Virgínia Olga Koeche Müzell – SEMA/RS (virginiaom@sema.rs.gov.br)
Wagner de Oliveira Carvalho – Furnas (wagner@furnas.com.br)
Walter Jorge dos Santos – SRH/MMA (walter-jorge.santos@mma.gov.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e um de agosto de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou a 32ª Reunião. Deu boas vindas a todos e solicitou aprovação para as datas de 25 e 26 de setembro deste ano, agendadas no dia anterior, para a próxima reunião conjunta com a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB; fez também a ressalva de que, desta forma, a reunião da CTIL seria agendada para o dia 24 do mesmo mês. As datas foram aprovadas. Passando ao item 2 da Pauta (**Anexo I**), colocou em discussão a aprovação da Ata da 30ª Reunião, o que ocorreu sem modificações. Assim sendo, passou ao item 3 da pauta: análise da solicitação de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (**Anexo II**). Prosseguiu ponderando que o Parecer Técnico elaborado pela Secretaria Executiva verificou o cumprimento das solicitações legais. Após discussões e algumas solicitações de esclarecimentos foi concordância geral o encaminhamento, à Plenária do CNRH, de parecer favorável da CTIL à solicitação de prorrogação de mandato (**Anexo III**). Neste momento, a Dra. Cristina Yuan solicitou a palavra para tecer comentários sobre a proposta de Resolução que estabelece critérios gerais

para a análise de projetos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados (**Anexo IV**), a qual é motivo de pauta da 8ª Reunião Extraordinária do CNRH, a ser realizada no próximo dia 22 de agosto. Esclareceu que a referida proposta de Resolução foi elaborada e encaminhada à Plenária do CNRH pela Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP; em seguida, salientou pontos que, no seu entender, não estão bem explicados na proposta e ressaltou sua preocupação de que o CNRH fique sobrecarregado com a grande quantidade de projetos que poderão ser encaminhados para análise; concluiu que a proposta de Resolução deveria ser melhor analisada e sugeriu encaminhá-la à CTIL. O Dr. Júlio Thadeu, que também é Presidente da CTAP, disse que foi motivo de preocupação dos membros daquela Câmara, quando da elaboração da proposta de Resolução, criar uma forma de evitar a obrigatoriedade de que todo e qualquer projeto que extrapolem o âmbito dos estados fossem encaminhados ao CNRH. Para tanto, disse, foram estabelecidos filtros, que estão detalhados no artigo 2º da proposta de Resolução, os quais foram motivo de discussão em aproximadamente quatro reuniões da CTAP. Dito isso, sugeriu que as dúvidas fossem novamente levantadas na reunião do CNRH e, se as mesmas não forem satisfatoriamente esclarecidas, que a proposta de Resolução fosse novamente trazida à discussão no âmbito das Câmaras Técnicas. O Dr. Jair lembrou que a questão do que deve ou não passar pela CTIL antes do encaminhamento à Plenária ocorre de um consenso não escrito; salientou que, desta forma, devem sempre ser levadas em consideração colocações como as feitas pela Dra. Cristina Yuan. Disse que não consta do Regimento que uma Câmara Técnica possa solicitar à Plenária o retorno de uma proposta de resolução; com isso, sugeriu que a CTIL apoiasse um pedido de vistas da Conselheira Cristina Yuan, com a intenção de ampliar a discussão e, posteriormente, encaminhar à Plenária uma proposta mais consistente. O Dr. Hugo falou que esse tipo de análise pretendida faz parte das atribuições da CTIL, o que justifica o pedido de vistas; ressaltou que também identificou inconsistências jurídicas na proposta de Resolução. Ficou acertado que a Dra. Cristina Yuan solicitará, na 8ª Reunião Extraordinária, vistas à proposta de Resolução, com apoio da CTIL. Dr. Jair sugeriu que, em reunião da CTIL anterior a uma reunião do CNRH, fossem objeto de estudo os assuntos constantes da pauta e que não tenham sido encaminhados pela mesma. O Dr. Júlio Thadeu deu o assunto por encerrado e passou a palavra ao Dr. Paulo Paim. O Dr. Paim disse ter vindo a essa reunião da CTIL para esclarecer fatos ocorridos na 30ª reunião, referentes a correspondência encaminhada em seu nome pela ABCON. Lamentou o fato da CTIL ter analisado a referida correspondência, sem a sua assinatura, e leu o texto da correspondência por ele encaminhada ao Presidente da CTIL (**Anexo V**). Por sua vez, o Dr. Júlio Thadeu leu o texto da correspondência encaminhada pela ABCON (**Anexo VI**) e, ao final, comentou que a relação dentro do Sistema é basicamente de confiança. A Dra. Vanessa esclareceu que, embora não trabalhasse internamente na ABCON, poderia garantir que não houve má fé no encaminhamento da correspondência; lembrou ainda que os interesses das ONGs e das prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário não são conflitantes. O Dr. Júlio Thadeu disse que as exigências que a Secretaria Executiva deveria ter feito para verificar a procedência da correspondência são irrelevantes diante da questão da confiança e da ética que devem balisar as relações dentro do Sistema. O Dr. Jair concordou e insistiu que as questões dentro do CNRH incluem confiança, ética e credibilidade; salientou que o foco não deveria ser desviado para as exigências que a Secretaria Executiva deveria ter feito. O Dr. Paim esclareceu que, no seu entendimento, não houve má fé por parte da ABCON, mas que o nível de confiança geral que existia dentro do CNRH e suas CTs não poderia ser perdido; concluiu reforçando que o Sistema está todo calcado em representação e representatividade. O Dr. Júlio Thadeu solicitou, então, para a próxima reunião da CTIL, maiores esclarecimentos por parte dos envolvidos. Dando prosseguimento, propôs a inversão de assuntos da pauta: a análise da solicitação do CEIVAP, pela análise do preenchimento das vagas disponíveis em algumas CTs. Com a concordância de todos, explicou como foi elaborada a proposta de preenchimento das vagas nas CTs. Após alguns esclarecimentos, a proposta de Resolução foi aprovada para encaminhamento à Plenária do CNRH (**Anexo VII**). O Dr. Júlio Thadeu solicitou ao Dr. Edílson que fizesse um breve relato sobre a solicitação, encaminhada pelo CEIVAP (item 4 da pauta), para instituição de entidade que desempenhará as funções e atividades inerentes à Agência de Água. O Dr. Edílson fez um histórico dos trabalhos realizados pelo CEIVAP, atualmente em fase de implementação da cobrança pelo uso da água; finalizou pedindo a aprovação da questão trazida para a CTIL. A Dra. Leila questionou como uma associação privada irá gerir o dinheiro arrecadado pela cobrança, que é público; questionou também o porque de não se partir diretamente para a criação da Agência. O Dr. Edílson esclareceu que existem contratos

que delegam as funções do Estado a instituições. O Dr. Júlio Thadeu se desculpou por necessitar ausentar-se e solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que assumisse a Presidência da reunião. O Dr. Roberto Monteiro citou, como forma de orientar as discussões, os artigos 47 e 51 da Lei nº 9.433, de 1997. O Dr. Paim disse que a criação de uma associação é uma solução provisória, mas salientou que a sociedade precisa de respostas e que as OSCIPS e OS foram criadas com a finalidade de exercer funções públicas em nome do Governo. A Dra. Vanessa questionou se os requisitos solicitados pela Lei estavam sendo atendidos, o que foi confirmado pelo Dr. Edílson que citou a existência do Comitê e a viabilidade financeira assegurada pela cobrança. O Dr. Edílson ressaltou que o CNRH estaria aprovando a criação de uma entidade que exerceria as atribuições de uma Agência de Bacia. A Dra. Sonáli destacou que se a Associação pretende exercer as atribuições de uma Agência de Bacia, o § 1º do art. 3º de seu Estatuto está em desacordo com o que explicita a Lei nº 9.433, de 1997, em seus artigos 41 e 42; disse que os citados artigos estabelecem que as Agências exercerão a função de secretaria executiva do respectivo, ou respectivos, Comitês de Bacia Hidrográfica e ainda, que as Agências terão a mesma área de atuação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica. Portanto, prosseguiu, dada a criação de uma Agência de Bacia, o exercício de suas funções para o comitê, ou comitês, que se encontram em sua área de atuação, já está estabelecido em lei. Desta forma, concluiu, o exercício das ações e atividades inerentes ao apoio técnico e operacional da Associação a outros Comitês de Bacia Hidrográfica, legalmente constituídos na sua área de atuação, não estaria sujeito à prévia aprovação do CEIVAP. Em seguida, foram levantadas questões sobre a área de atuação de Comitês em bacias de rios de domínio da União que incluíam sub-bacias de domínio dos Estados, principalmente as que envolverem a cobrança pelo uso da água. A Dra. Aparecida esclareceu que, para o caso do Paraíba do Sul, estava sendo assinado acordo entre União e Estados. O Dr. Cabral ressaltou que o referendo em discussão não é para a criação da associação, mas sim, para que a mesma exerça as atribuições de uma Agência. O Dr. Moretti concordou e reforçou que a questão era delegar as funções de Agência para uma associação que não estava prevista, para tanto, na Lei. O Dr. Edílson salientou que a qualificação da associação era que dependia de aprovação e complementou dizendo que a associação poderia ser criada e também ser feito um contrato de gestão com a ANA, sem passar pelo CNRH. O Dr. Roberto Monteiro discordou e advertiu que o contrato de gestão não poderia ser feito à margem do processo. O Dr. Hugo enfatizou que o CNRH deve autorizar a criação de Agências assim como a delegação do exercício de funções de competência das mesmas. O Dr. Jair disse sentir a falta de pareceres técnicos e jurídicos relativos à atribuição das funções de Agência; salientou que os pareceres fundamentariam as deliberações da CTIL e conseqüentemente do CNRH; sugeriu que o assunto fosse levado para a próxima reunião da CTIL, com a apresentação de pareceres emitidos pela ANA. O Dr. Roberto Monteiro por sua vez, sugeriu que a Secretaria Executiva solicitasse parecer técnico à ANA e à Consultoria Jurídica do MMA – CONJUR. O Dr. Edílson assentiu e solicitou que o assunto fosse tema da pauta da próxima reunião da CTIL e também do CNRH. Assim, ficou decidido que a Secretaria Executiva solicitará ao CEIVAP os pareceres técnicos sobre o assunto para então, encaminhar processo à ANA e em seguida, à CONJUR, solicitando os respectivos pareceres. A Dra. Sonáli lembrou que o artigo 51 da Lei nº 9.433, de 1997, restringia os tipos de associações que poderiam receber a delegação das atribuições de Agência. Nesse momento, às 11:55 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:05 horas. A Dra. Vanessa solicitou a palavra para relatar o recebimento de e-mail, enviado pela ABCON, para prestar esclarecimentos relativos à correspondência encaminhada em nome do Dr. Paulo Paim; leu o conteúdo da correspondência (**Anexo VIII**) enviada em anexo ao e-mail, na qual a ABCON lamenta o equívoco ocorrido. Com o assunto encerrado, o Dr. Júlio Thadeu deu prosseguimento à reunião com o item 6 da pauta: revisão da Resolução CNRH nº 5. Explicou que a versão da proposta de modificação da Resolução nº 5 atualmente em discussão era a de número 6; entretanto, ressaltou, o Grupo de Trabalho – GT foi criado com a orientação de discutir assuntos específicos da resolução e desta forma, foi elaborada uma nova versão, denominada 7A, que incorporava as propostas do GT. Com isso, ficou acordado que os trabalhos fossem iniciados com base nesta nova versão. As discussões se estenderam por toda a tarde e foram dadas como praticamente encerradas, exceto pelo parágrafo 2º do artigo 3º. A nova versão gerada foi a de número 8A (**Anexo IX**). Ficou acertado que esta nova versão seria divulgada, via e-mail, e definido um prazo de dez dias para envio de sugestões, contados a partir da data da divulgação. Foi acertada também a realização de seminário para ampliação das discussões, em data posterior à próxima reunião da CTIL, com a participação principalmente de representantes dos Comitês, dos órgãos gestores e dos

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. O Dr. Júlio Thadeu agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou a reunião às 17:45 horas.

Aprovada na 34ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2002.

JÚLIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores